

## Senadores analisam o pacote contra a crise

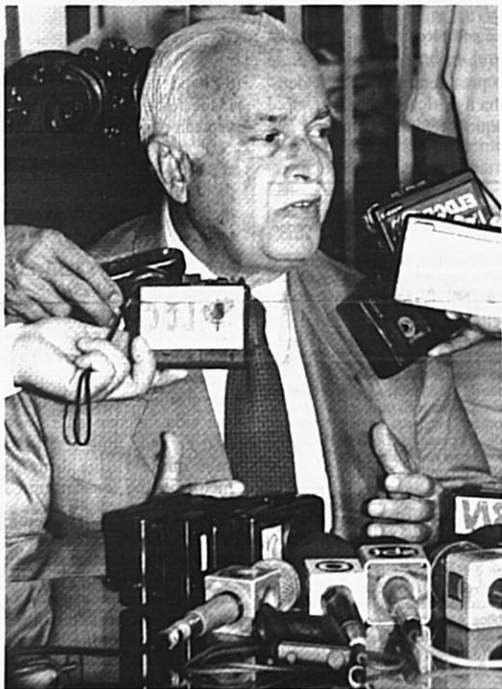
*ACM é contra aumento de imposto para pessoa física, Jefferson teme recessão, Suplicy prevê reajuste de preços e Dutra vê opção do governo pelos ricos. João Rocha e Lúdio apóiam o conjunto das medidas*

### Alcântara pede isenção a quem julga o Congresso

O Congresso tornou-se um "partícipe das ações de modernização do país", afirmou ontem o senador Lúcio Alcântara, ao pedir um julgamento isento das ações do Legislativo. Ele lamenta que a imprensa continue tratando o Congresso como uma instituição que emperra as reformas. **Página 6**

### Sessão solene para Menem

**PÁGINA 3**



Antonio Carlos, na entrevista: pessoa física já está sobrecarregada

O pacote de medidas anunciado pelo governo para enfrentar a crise nas bolsas de valores foi analisado ontem por diversos senadores. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se contra o aumento do IR para as pessoas físicas. Jefferson Péres acredita que o pacote vai jogar o país na recessão. Eduardo Suplicy

previu aumento de preços, do pão à passagem de ônibus. José Eduardo Dutra observou que o governo fez "uma opção preferencial pelos ricos". O pacote foi defendido pelos senadores João Rocha e Lúdio Coelho - este só lamentou que as medidas não tenham sido tomadas há mais tempo. **Páginas 4 e 5**

### Comissões têm intensa atividade

A Comissão de Justiça do Senado realiza hoje, às 17h, audiência pública sobre a regulamentação das operações de *factoring*. Outra comissão que promove audiência pública é a de Assuntos Sociais, para debater regras para os planos de saúde. Já a Comissão de Educação apreciará na quinta-feira vários projetos, entre eles o que estabelece a reutilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio. **Página 3**

## Campos e Lobão propõem ação contra desemprego

A formação de uma frente contra o desemprego - "uma agressão ao trabalhador brasileiro e sua família" - foi proposta ontem pelo senador Edison Lobão. Ele deseja incluir nessa frente representantes de diversos segmentos sociais. Já o senador Júlio Campos defendeu emenda constitucional que reduz a jornada semanal de trabalho para 36

horas. Segundo ele, essa seria uma saída para enfrentar o desemprego. Ao mesmo tempo, o senador quer fixar em 72 horas por semana a duração da atividade econômica de cada empresa. A redução da jornada de trabalho, segundo o senador, é coerente com a situação da economia e com as condições sociais do Brasil hoje. **Página 8**



Lobão: proposta de uma frente



Campos: jornada menor

*Para senador, investimentos de fora "haverão de impulsionar não somente as pesquisas, estudos e levantamentos do potencial mineral da região, mas principalmente a sua ativação, em favor da economia regional"*

## Odacir não teme capital estrangeiro na Amazônia

Depois da abertura de várias atividades econômicas no país ao capital estrangeiro, o senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que não considera "uma ação de entrega" a permissão para investimentos estrangeiros na exploração mineral da Amazônia. Citando entrevista do geólogo Carlos Oiti Berbert, presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), ele lembrou que a Constituição de 1988 eliminou as restrições ao capital estrangeiro.

Na opinião do senador, so-

mados aos recursos nacionais, os investimentos estrangeiros "haverão de impulsionar não somente as pesquisas, estudos e levantamentos do potencial mineral da Amazônia, mas principalmente a sua ativação, em favor da economia regional e do bem-estar das populações daquela região". Mas reconheceu que o projeto de Oiti



Odacir: assunto é polêmico

Berbert favorável a essa abertura deverá "ser alvo de uma polêmica similar à que cercou a privatização da Companhia Vale do Rio Doce".

Odacir Soares resumiu o documento *Amazônia, o gigante desconhecido*, onde o presidente da CPRM detinha a posição que adota sobre aquela região, afirmando que

o país está passando para um período histórico cujas características estão no tripé *globalização-meio ambiente-informação*. No documento, disse o senador Odacir Soares, Oiti Berbert critica a situação de abandono a que a Amazônia foi relegada e afirma que a região nunca poderia deixar de ser prioridade nacional, muito menos para a CPRM.

O senador se manifestou solidário com esse entendimento e explicou que, se essa prioridade for dada, "logo virá a resposta positiva, sem dúvida

grandiosa, a exemplo do sucesso dos programas governamentais voltados para o conhecimento geológico, que levaram à descoberta de alguns dos maiores depósitos minerais do Brasil e do mundo, nas décadas de 60 e 70".

Ele se referia a descobertas como as jazidas de caulim do rio Capim (no Pará), o estanho do Pitanga (no Amazonas), a bauxita (minério de alumínio) do Baixo e Médio rio Amazonas, além do ferro, manganês, cobre e ouro da província mineral de Carajás.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Preside Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da República Argentina, Carlos Menem. *Plenário do Senado Federal*

12h30 - Participa de almoço na Embaixada da Argentina em homenagem ao presidente Fernando Henrique Cardoso

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

19h - Preside Sessão do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

11h - Sessão Solene do Congresso Nacional em homenagem ao presidente da República Argentina, Carlos Saul Menem. Oradores: senador José Fogaça, pelo Senado Federal, e deputado Germano Rigotto, pela Câmara dos Deputados. *Plenário do Senado Federal*

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de colete à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; do "PLC nº 48/97, dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades e pelas instituições federais de pesquisa científica e tecnológica; do "Projeto de Resolução nº 127/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 377 milhões, junto ao Brazilian American Merchant Bank, destinada ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército; e do "Projeto de Resolução nº 128/97, autoriza a União a contratar operação de crédito externo, com o Brazilian American Merchant Bank, no valor equivalente a até US\$ 236 milhões, destinando-se os recursos ao financiamento do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Terrestre, a ser executado pelo Ministério do Exército.

19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de projetos de lei de créditos adicionais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

### COMISSÕES

15h Comissão Mista de Orçamento

Pauta: 1 - Ata da 13ª Reunião Ordinária, em 4.11.97; 2 - Requerimentos do senador Emandes Amorim e do deputado Sérgio Miranda;

3 - Contas do governo federal referentes a 1996 (relator: senador Jefferson Peres); e

4 - Projetos de lei de créditos adicionais.

17h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves; e do presidente da Federação Brasileira de Factoring (Sistema Febrabac/Anfac), Luiz Lemos Leite, sobre o "PLS nº

230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que dispõe sobre atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou semelhantes (regulamentação dos planos de saúde).

Expositores convidados: Eloy Corazza, representante da Rede Sarah; Jolison Rodrigues Ferreira, vice-presidente da Coordenação Regional do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde - Ciefas; Mário César Scheffer, representante do Conselho Nacional de Saúde; e Horácio Catapreta, representante da Federação Nacional das Empresas de Seguro - Fenaseg. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Assuntos relacionados ao relatório preliminar; e discussão sobre a prorrogação dos trabalhos da comissão. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 93/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e o governo da República Árabe Síria, em Brasília, em 25.02.97; e "PDL nº 86/97, aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, em Fortaleza, em 17.12.96.

### PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Quarta-feira (12.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLS nº 25/97, que cria o Fundo de Terras; do "PLS nº 219/97, altera a Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento; e o Decreto-Lei nº 201/67, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores; e do "PLS nº 220/97, estabelece as Diretrizes Nacionais de Defesa Civil

Quinta-feira (13.11.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 25/97, que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal - FEF; primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 63/95, altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; e discussão em turno único do "PLC nº 13/97, revoga o art. 27 do Decreto-Lei nº 3.688/41 - Lei das Contravenções Penais (previsão de futuro e práticas semelhantes)

Sexta-feira (14.11.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

## Pena mais rigorosa para lesões graves

José Ignácio (PSDB-ES) apresentou projeto estabelecendo pena de reclusão de quatro a 10 anos para os autores de lesões em terceiros, quando resultem em incapacidade absoluta e definitiva para uma vida independente. "Seria o caso de uma lesão tão grave que a vítima tornasse 'meio viva' ou 'quase morta'", explicou.

A proposição modifica o Código Penal, que apresentava uma lacuna entre as circunstâncias qualificadoras de lesão corporal de natureza grave e de lesão seguida de morte. No en-



José Ignácio é autor do projeto

tender de José Ignácio, a pena no caso de a vítima perder a faculdade de ter vida independente deve aproximar-se daquela que se aplica para o criminoso de morte.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

*Chefe de Estado argentino será recebido pelos presidentes do Senado e da Câmara, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer*

## Menem terá hoje sessão solene do Congresso, às 11h

O presidente da Argentina, Carlos Menem, será homenageado hoje pelo Congresso Nacional, em sessão solene. O chefe de Estado argentino será recebido pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo presidente da Câmara, Michel Temer, no Salão Negro e, logo após, a comitiva se dirigirá ao plenário do Senado, onde será

realizada a sessão, às 11h.

O evento conta com a participação da Guarda de Honra da Presidência da República, cuja banda tocará os hinos nacionais da Argentina e do Brasil. Pelo Senado, falará o senador José Fogaça (PMDB-RS), e pela Câmara, o deputado Germano Rigotto. Diversas autoridades foram

convidadas para a solenidade, entre elas o vice-presidente da República, Marco Maciel, embaixadores, ministros de Estado, ministros dos tribunais superiores de Justiça, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, governadores estaduais e a presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Lúcia Carvalho.

## Comissão de Educação analisa na quinta reutilização de livros

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), reúne-se quinta-feira (dia 13), em sessão extraordinária, para apreciar vários projetos, entre eles o que estabelece a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). Está na pauta também substitutivo do senador Lauro Campos (PT-DF) a proposição do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga as emissoras de televisão a adotarem a legenda

oculta em português na sua programação.

Serão votados também os destaques de emendas ao projeto de lei, de iniciativa do Executivo, sobre proteção da propriedade intelectual e comercialização de programa de computador no país. O parecer do senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi favorável, com apresentação de 37 emendas.

Outras matérias na pauta da CE: a que dispõe sobre educação a distância, do senador Lúcio Alcântara, com parecer

favorável da senadora Mariana Silva (PT-AC); sobre inclusão de conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio, do senador Flaviano Melo (PMDB-AC); e a que cria o serviço de atendimento ao público nas entidades titulares de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. As duas últimas matérias têm parecer favorável do senador Lauro Campos.

## CCJ abre discussão sobre as novas regras para o factoring

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, às 17h, audiência pública sobre o projeto de lei de José Fogaça (PMDB-RS) que trata das operações de fomento mercantil - factoring. Participam do debate o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves, e o presidente da Federação Brasileira de Factoring (Sistema Febrabac/Anfac), Luiz Lemos Leite.

A proposta de Fogaça conceitua fomento mercantil, disciplina o contrato a ser celebrado entre as partes envolvidas, estabelece a forma a ser adotada pelas sociedades



Fogaça é o autor do projeto

de fomento mercantil, define o objeto social dessas sociedades - proibindo-lhes a prática de operações privadas das instituições financeiras - e autoriza a criação do Conselho Federal de Fomento Mercantil, que será responsável pela supervisão e disciplina de todas as atividades relacionadas

ao factoring. O relator da matéria, Esperidião Amin (PPB-SC), apresentou um substitutivo ao projeto.

Amanhã, a CCJ reúne-se para apreciar pauta de 25 itens, dos quais três são projetos de lei do Senado com tramitação de caráter terminativo - o que dispensa a apreciação de tais matérias pelo plenário - e 19 são propostas de emenda à Constituição. Entre essas, está a de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS) que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional pelo próximo Congresso. A proposta recebeu substitutivo de Jefferson Péres (PSDB-AM).



Coutinho: aceleração da reforma

## Coutinho: metas do Incri para o sul do Pará já foram cumpridas

Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que as metas do governo para 1997 na área de reforma agrária já foram ultrapassadas em outubro, particularmente numa das regiões de maior ocorrência de conflitos, o sul do Pará. As metas previam o assentamento de 10 mil famílias na região e, conforme anunciou o presidente do Incri, Milton Seligman, na última sexta-feira (dia 7), quase 11 mil famílias já foram assentadas, acrescentou.

Ele observou que o governo não contingenciou os recursos destinados à reforma agrária e essa "sensibilidade para os problemas mais graves" também orienta o pacote de medidas de ajuste fiscal divulgado ontem.

Para Coutinho, houve uma aceleração do processo de reforma agrária no Pará após a criação da Superintendência Especial do Incri para o sul do estado, que desenvolveu parcerias com as prefeituras de 40 municípios da região para a definição, em cada um deles, de que famílias sem-terra seriam assentadas.

O senador destacou a importância do assentamento de 11 mil famílias no Pará, comparando-o aos números alcançados pelo programa de reforma agrária em outros governos. Assim, entre 1964 e 1984, foram assentadas 77 mil famílias; entre 85 e 89, 83 mil; entre 90 e 92, 42 mil; entre 93 e 94, 14 mil. Já em 1995, foram assentadas 42 mil famílias e, em 96, 62 mil.



Ademir é o presidente da CAS

## CAS promove nova audiência para debater os planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Ademir Andrade (PSB-PA), realiza hoje, a partir das 17h, audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que dispõe sobre atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas (regulamentação dos planos de saúde).

Deverão comparecer para expor como convidados: Eloy Corazza, representante da Rede Sarah; Joilson Rodrigues Ferreira, vice-presidente da Coordenação Regional do Comitê de Integração de Entidades Fechadas de Assistência à Saúde (Ciefas); Mário César Scheffer, representante do Conselho Nacional de Saúde; e Horácio Catapreta, representante da Federação Nacional das Empresas de Seguro (Fenaseg).

Já às 17h, a CPI do Trabalho Infantil, presidida por Marluce Pinto (PMDB-RO), reúne-se para tratar de assuntos ligados ao relatório preliminar; e discussão sobre a prorrogação dos trabalhos da comissão.

E às 17h30 a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida por José Sarney (PMDB-AP), reúne-se para apreciar, entre outras matérias, o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Brasil e o governo da República Árabe Síria, em Brasília, em 25.02.97; e o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado entre o Brasil e a Bolívia, em Fortaleza, em 17.12.96.

## Funarte destaca Senado em feira de livro

A presença do Senado na I Feira Pan-Amazônica do Livro, que se realiza em Belém, foi destacada ontem pelo escritor amazonense Márcio Souza, presidente da Funarte (Fundação Nacional de Arte, do Ministério da Cultura). Durante visita ao estande da Casa no evento, o patrono do I Fórum Pan-Amazônico de Cultura, Educação e Meio Ambiente - que engloba a feira e outras manifestações culturais - disse esperar que a participação do Senado motive providências no sentido de ampliar o acervo da sua biblioteca, tomando como referência a congênera do Congresso dos Estados Unidos. O estande do Senado recebeu a visita de centenas de pessoas, entre as quais professores da Universidade Federal do Pará, advogados e o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do estado, Roberto Santos, que adquiriu o disquete da Constituição e Leis Complementares e uma série de publicações editadas pelo Centro Gráfico da Casa. As publicações mais procuradas até agora são a Agenda 21, que é um registro da Eco-92 - Conferência da ONU sobre Meio Ambiente (RS 10,00), e a obra, em dois volumes, com a legislação atualizada sobre o meio ambiente (RS 20,00). Iniciada sexta-feira (dia 7), a feira ficará aberta até o dia 16, no Centro Turístico e Cultural Tancredo Neves (Centur), de Belém.

Presidente do Senado entende que pessoas físicas deveriam ter sido poupadas. Jefferson alerta que medidas jogarão o país na recessão. "Ninguém se iluda", diz ele

# ACM apóia pacote, mas é contra aumento de IR para pessoa física

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apoiou ontem a decisão do presidente Fernando Henrique de adotar "medidas amargas, mas indispensáveis", porém manifestou-se contra a proposta de aumento de Renda da Pessoa Física e sugeriu que uma outra solução seja encontrada no Congresso, de modo que os recursos necessários venham de outras fontes.

- Acho que a pessoa física deveria ser poupada, porque já está por demais comprometida. Poderia ser feita a taxação de ganhos nas bolsas ou de viagens ao exterior. O importante é que o governo consiga o mesmo total que pediu, mas o modo de chegar pode ser outro - afirmou.

Antonio Carlos fez um reparo à inclusão de "medidas de rotina administrativa" - como as relativas a corte de horas extras e de inativos não recadastrados das folhas de paga-



Antonio Carlos descartou a hipótese de que a apreciação das medidas seja dificultada pelas eleições

mento - observando que, por se tratar de simples "dever de casa" de todo administrador público, elas não mereciam entrar no pacote.

O senador assegurou que "o Congresso Nacional não faltará ao país: vai votar todas essas medidas e também as reformas, que são indispensáveis". Ele se comprometeu com a votação das novas medidas ainda este ano, reiterando a intenção de, para isso, convocar os parlamentares para trabalhar aos sábados e domingos.

Além disso, enfatizou a necessidade de não se abandonar a votação das reformas já em tramitação: "Vamos apres-

sar as reformas, sinalizando para o país, e, principalmente, para o exterior, que estamos vivendo nova fase para quem quiser investir no Brasil".

Antonio Carlos Magalhães descartou a hipótese de que a apreciação das medidas do governo seja dificultada pela proximidade de ano eleitoral.

- O país está acima das pressões dos políticos. E, com essas medidas, o país pode melhorar tanto que quem votar com elas ficará forte na opinião pública; quem não apoiá-las é que vai pagar o preço - assinalou.

O presidente do Senado garantiu que não vai prorrogar os

prazos de tramitação do Orçamento da União, que quer ver aprovado neste ano. Disse ainda que será inócua a atitude dos parlamentares que não respeitarem os limites de despesa colocados pelo governo, insistindo na aprovação de emendas relativas a verbas orçamentárias, porque, sendo o Orçamento uma simples autorização de despesa, o governo só executa se quiser.

Quanto ao corte de 15% das despesas de custeio, também anunciado pelo governo, o senador disse que nenhum parlamentar pode negar aprovação a essa medida, já que ela é necessária.

- Talvez o país nunca tenha vivido um momento como este. Os cortes devem ocorrer de acordo com a gravidade do momento que o país atravessa, e não ser norteados simplesmente pelo precedente, pela comparação com os índices de anos anteriores - afirmou.

## Jefferson alerta: recessão vem aí

Ao analisar ontem o pacote fiscal anunciado pelo governo "para conseguir um reforço de caixa de US\$ 20 bilhões", o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que a recessão vem aí. "É claro que isso vai jogar o país numa recessão. Ninguém se iluda", frisou ele, acrescentando que "a duração disso ninguém sabe qual será, pois vai depender da duração da crise no exterior".

- Vamos nos preparar para dias não muito alegres - aconselhou o senador, afirmando que o Brasil assemelha-se a um navio de boa construção e enorme potencial, mas com



Jefferson: medidas fundamentais dois enormes rombos no caso: o rombo das contas externas e o rombo das contas públicas.

Jefferson Péres explicou que o país não resistiria a turbulências vindas do Oriente ou do

Ocidente e, sem o ajuste fiscal, correria sério risco de naufrágio. "O governo fez o que deveria ser feito. No conjunto, a redução do déficit público tinha de ser feita e já", sustentou.

Ao examinar a crise dos últimos dias, o senador afirmou que, depois da brusca elevação da taxa de juros que não conseguiu conter a inquietação do mercado, o governo tinha que adotar medidas na área fiscal. "Havia um motivo imediato, urgente e dramático, e o governo tinha que sinalizar que estava disposto a defender o Plano Real", disse ele, para ensinar: "Ainda não se desco-

briu a cura indolor do déficit fiscal".

Na opinião de Jefferson Péres, na adoção dessas providências foi fundamental o governo demonstrar que interesses eleitorais não o impediriam de executar medidas impopulares e amargas. O senador criticou as oposições por apostarem na crise, comentando que preferia vê-las comportando-se como fizeram os opositoristas na Argentina. Considerou também inexplicável que economistas do PT defendam idéias que inviabilizariam um governo dos próprios petistas, caso eles cheguem ao poder.

*Toda a sociedade deve apoiar o Real, conclama Lúdio. Dutra aponta opção pelos ricos, Suplicy teme onda de aumentos e João Rocha defende reforço na poupança interna*

## Lúdio: medidas já chegam tarde

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse ontem que as medidas anunciadas pelo governo para reduzir o déficit público já deveriam ter sido tomadas, independentemente da crise nas bolsas de valores: "Não dá para ter estabilidade econômica, com a inflação controlada, sem reduzir gastos e aumentar receita".

Na opinião de Lúdio Coelho, toda a sociedade brasileira precisa ter a consciência da importância da manutenção do Plano Real. Para o senador, os três

Poderes e os estados devem contribuir no sentido de garantir a estabilidade da economia: "Se todos não cortarem despesas, não consolidaremos o Real". Ponderou, ao lembrar que o Senado autorizou todos os pedidos de empréstimos e rolagens de dívidas estaduais e municipais.

- Apóio integralmente o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Acredito que o caminho é esse, mas é preciso alargá-lo. O problema é



Lúdio: pagamos pelos últimos 40 anos

que a atual geração está pagando por 40 anos de gastos públicos sem limites

- afirmou Lúdio Coelho.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) concordou com o pronunciamento e manifestou seu apoio ao projeto de resolução do senador Wilson Kleinubing (PFL-SC) estabelecendo que 75% dos recursos provenientes de privatizações estaduais deverão ser usados para abater a dívida pública interna. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) também apoiou o discurso de Lúdio Coelho.



Dutra: quem pagará a conta?

## Dutra acusa governo de haver optado pelos ricos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que o pacote de medidas fiscais "reforça a visão, que sempre tivemos, de que o governo fez a opção pelos ricos". A classe média e os assalariados pagaram a conta "da ineficiência do governo e não do Estado, é bom frisar isso muito bem", acrescentou.

Dutra advertiu que as oposições não aceitam que "o governo continue batendo na tecla de quem fez críticas ao pacote quer destruir o Real e é contra o Brasil". Segundo o senador, ontem, em entrevista coletiva, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, afirmou que o governo não poderia adotar uma postura de avestruz. Mas essa tem sido, na opinião de Dutra, a orientação da equipe econômica nos últimos dois anos, recusando-se a levar em conta as inúmeras advertências, feitas por economistas de todos os matizes políticos e ideológicos, de que o país não ficaria imune às crises no mercado internacional caso mantivesse sua extrema dependência de investimentos externos.

Ao analisar as medidas, Dutra criticou o aumento linear das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) por não ser socialmente justo. Quanto à medida que reduz os incentivos aos fundos constitucionais regionais, o senador observou que ela revela preconceito, pois terá um impacto de R\$ 500 milhões nas despesas do governo, enquanto a maior parte dos incentivos, da ordem de R\$ 17 bilhões, beneficiam apenas o Sudeste e permaneceram intocados.

## Suplicy teme que gasolina mais cara gere aumento em tudo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) previu ontem em plenário que o aumento de preços da gasolina e outros derivados, incluído entre os 50 itens anunciados pelo governo para reduzir o déficit público, "pode provocar aumentos generalizados, do pão à passagem de ônibus". Ele



Suplicy: muitas indagações

lamentou que o governo não tenha anunciado qualquer medida destinada a reduzir o desemprego.

- Pelo contrário, se a economia for desaquecida é provável que a situação do emprego tenda a piorar - disse.

Ao comentar o aumento de 10% nas alíquotas do imposto de renda para as pessoas físicas, Eduardo Suplicy perguntou por que o presidente da República não anunciou que pediria aos seus líderes no Congresso que colocassem em votação o projeto, de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição.

Para Suplicy, ao invés de anunciar o aumento linear de 10% nas alíquotas do imposto

de renda, o governo deveria ter optado por um reajuste progressivo, com percentual mais elevado para quem tem maior renda. Ele criticou o anúncio de que os aposentados que não se recadastraram serão retirados da folha de pagamentos. "Por que só agora, três meses depois de feito o recadastramento, o governo está anunciando que não vai pagar mais? Isso não deveria ter sido feito assim que terminou o recadastramento?", indagou.

O senador afirmou que desde o governo Sarney têm surgido denúncias sobre as isenções de impostos concedidas a entidades educacionais, de saúde e de prática desportiva. "Como explicar que apenas agora o governo resolveu rever essa situação?", perguntou. Suplicy lembrou que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen fez vários alertas, em 95, sobre os gastos permitidos em *duty free*, pois estávamos "vendendo o carro para pagar o jantar em Miami".

- Como explicar que só agora o governo pretende adotar essa medida? - concluiu.

## Rocha: agora o país tem as bases para um desenvolvimento real

O senador João Rocha (PFL-TO) disse que o Brasil começou ontem a se direcionar para o futuro e a criar as bases fundamentais para um desenvolvimento calcado em taxas de juros compatíveis com o regime de estabilidade econômica, apoiado numa poupança interna adequada. Ele fez o comentário ao analisar as medidas adotadas pelo governo federal para enfrentar a crise econômica que atingiu o país, a partir da crise nas bolsas asiáticas.

- A minha preocupação é a preocupação do governo. O ministro Pedro Malan, em entrevista ontem, declarou que nenhuma economia do mundo é estável pagando juros de 42% ao ano numa inflação de 7% a 8%. Só há sustentação duradoura da estabilidade da economia baseada na poupança interna. É preciso incentivar a poupança interna e não o capital especulativo" - advertiu.

A seu ver, as bolsas não devem se transformar "em arena de jogos cruéis em que a especulação com preços fictícios devore as poupanças do pequeno investidor". Cabe às autoridades da área econômica garantir os interesses dos pequenos investidores, disse.

Segundo João Rocha, o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, também defendeu, um controle mais rígido na aqui-



João Rocha: governo está certo

sição de ações por bancos de investimentos, ligados a bancos comerciais.

Em aparte, o senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse que o grande conflito da economia globalizada é o que existe entre a economia real, que produz bens e serviços, e o lado especulativo do sistema financeiro, que não gera emprego, nem renda e precisa ser controlado.

Júlio Campos apoiou o discurso de João Rocha, condenando a evasão de recursos através das bolsas de valores e destacou que a poupança interna brasileira é pequena.

O senador Elcio Alves (PFL-ES) disse que o país vive um momento solene, no qual o governo "tomou providências duras, graves e até amargas", mas necessárias, em virtude da crise. A seu ver, o Congresso precisa participar desse esforço fazendo as reformas.



Freire: debate em Pernambuco

## Freire situa a autonomia da universidade em primeiro plano

A necessidade de uma ampla discussão sobre a autonomia universitária foi defendida pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), com o argumento de que, "por suas peculiaridades, além da autonomia didático-científica, a universidade deve ter a capacidade plena de administrar seu patrimônio e os recursos públicos alocados, bem como outros recursos por ela captados".

Depois de afirmar que a luta por essa autonomia é antiga e não é um privilégio das universidades brasileiras, o senador destacou que a Proposta de Emenda à Constituição 370/96, de iniciativa do Executivo, que trata do assunto, foi objeto de discussão em reunião realizada na Universidade Federal de Pernambuco, com a participação de membros da bancada do estado no Congresso.

Para Roberto Freire, "as diferentes leituras da realidade e as formas específicas de mobilização política" devem estar presentes nos debates no Congresso em torno dessa proposta, para que a emenda, uma vez aprovada, possa corresponder às reais aspirações da comunidade diretamente envolvida "e, principalmente, da universidade brasileira, que quer e precisa de uma universidade mais bem estruturada, democrática e eficaz".

*O Legislativo não capitalizou politicamente a mudança da economia, diz o senador; ao pedir à imprensa isenção no julgamento*

## Alcântara se queixa da visão da mídia sobre o Congresso

O parlamentar brasileiro deixou de ser um "carreador de obras comunitárias para tornar-se um participante das ações de modernização do país", afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao lamentar ontem que a imprensa continue apontando o Legislativo como uma instituição que emperra as reformas propostas pelo governo.

- Em todo o processo de modernização da economia, o Congresso não capitalizou nada. Pelo contrário, ao menor sinal de dificuldade, todos se voltam para imputar responsabilidade ao Legislativo - disse ele.

Alcântara assinalou que na crise econômica por que passa o país vê, mais uma vez, o desejo de atribuir-se ao Congresso uma grande parcela de responsabilidade. "O que nos resta é pedir um julgamento isento. Se não podemos mais levar melhoramentos materiais para nossos estados, que ao menos seja reconhecida nossa parceria na construção de um Brasil novo", acentuou.

Ele disse que sempre viu na capacidade intelectual do presidente Fernando Henrique Cardoso uma importante papel no amadurecimento das

instituições políticas brasileiras, mas acha que não tem havido grande progresso nas relações entre o Executivo e o Legislativo.

Na opinião de Lúcio Alcântara, de um lado o Executivo atribui a dificuldade de aprovação das reformas à inoperância do Legislativo; de outro, "há um Congresso que funciona por espasmos, com uns parlamentares achando que tudo que vem do governo deve ser aprovado sem discussão e outros entendendo que tudo deve ser rejeitado".

O senador explicou que a modernização da administração pública brasileira não per-



Alcântara: Congresso espasmódico, onde ou se aprova tudo ou se rejeita também tudo

mite mais a atuação parlamentar voltada para a execução de obras na cidade que eleger o político, mas pregou a necessidade de se reconhecer a atuação desse representante popular nas grandes obras de interesse do país.

Ao mesmo tempo, Lúcio Alcântara explicou que não se pode acusar os parlamentares que ainda lutam por emendas individuais no Orçamento como se fossem "o apocalipse da administração pública". Em sua opinião, essas emendas devem continuar existindo e cabe ao poder público saber como esse dinheiro está sendo aplicado nos estados beneficiados.

## Arruda registra morte de Ozanan Campos Guimarães

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) anunciou em plenário a morte, aos 92 anos, de Ozanan Campos Guimarães, médico, ex-governador de Goiás e ex-prefeito de Planaltina, "onde pontificou como uma das principais testemunhas da transferência da capital para o Distrito Federal".

Arruda elogiou a retidão de caráter, a ética e a seriedade no exercício de cargos

públicos que marcaram a vida de Ozanan Guimarães, "um ardoroso defensor da interiorização da capital do país". Disse que o ex-governador tinha "tão grande entusiasmo pela nova capital" que chegou a doar terras de sua propriedade para facilitar o governo de Juscelino Kubitschek na construção de Brasília. O senador foi enfático no reconhecimento da importância política de Ozanan.



Arruda: em memória de Ozanan

## CARTAS

"No estande do Senado na Bienal do Livro do Rio recebi gratuitamente um exemplar do *Jornal do Senado*. Seria truísmo ressaltar a utilidade desse jornal para nossa sociedade e, principalmente, para mim, que sou um jovem estudante de 16 anos preocupado com os temas nacionais e em busca de uma formação política. Assim, solicito uma assinatura do jornal e peço informações sobre o valor e os meios de pagamento dessa assinatura."

Maury Cesar Pereira Moraes da Silva (Rio de Janeiro-RJ)

"Parabéns a equipe de produção do *Jornal do Senado* pela importante divulgação dos assuntos analisados na Casa, bem como pela excelente qualidade gráfica apresentada. Ao longo dos últimos dois anos, esse veículo tem-nos servido de pauta e fonte na luta que desenvolvemos em defesa da classe trabalhadora."

Agildo Nogueira Júnior - assessor de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista (Campinas-SP)

"Venho parabenizar a equipe do *Jornal do Senado* pelo excelente trabalho de divulgação da atuação dos senadores. Gostaria de sugerir a criação de uma seção de respostas dos senadores a perguntas formuladas pelos leitores. Solicito também a inclusão do meu nome no rol de assinantes do tabloide."

Mauro César da Silva Bresciani - (Novo Progresso-PA)

"O *Jornal do Senado* está de parabéns pelas excelentes matérias, que informam e contribuem para a formação política do povo brasileiro. Gostaria que a Associação Beneficente e Cultural dos Moradores de Mimoso fosse incluída no cadastro de assinantes do jornal, para que possamos informar aos nossos associados o que acontece no Senado, o que contribuirá para o pleno exercício da cidadania."

Pedro R. Melo da Rocha - presidente (Sítio Dias-BA)

Projeto do senador pretende a análise, por um novo órgão, de defesa e recursos nos casos de infrações aplicadas a empresas

## Bezerra propõe conselho na fiscalização do trabalho

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei dispondo sobre a criação de Juntas e de um Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho, para analisarem, em primeira instância, defesas e, em segunda, recursos contra autos de infração à legislação do trabalho. "Está na hora de construirmos a devida estrutura para que a fiscalização do trabalho funcione efetivamente", justificou.

Para garantir que as decisões dos recursos sejam acompanhadas "de perto e democraticamente" pelos empregados e empregadores, o projeto estabelece que as Juntas e o Conselho serão formados por representantes de cada categoria, a serem indicados pelas respectivas entidades sindicais. O senador defendeu que essa medida reduzirá as eventuais arbitrariedades no julgamento dos processos e permitirá a transparência necessária aos atos e procedimentos administrativos.



Carlos Bezerra: mudanças na CLT

O projeto de Carlos Bezerra propõe algumas modificações em dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que tratam da interposição de recursos. Uma delas diz respeito à prorrogação de prazos que, com a redação proposta, pode ser requerida pelo interessado, não ficando limitada à concessão de ofício pelas autoridades competentes, como prevê a atual legislação. O projeto também específica que ficará a cargo do presidente da Junta ou do Conselho a prorrogação dos prazos.

Outra mudança proposta refere-se à obrigatoriedade de prova do depósito do valor da multa para interposição do recurso. O projeto de lei não só desobriga o recolhimento, como esclarece que o "recurso voluntário contra decisão que impuser multa por infração das leis trabalhistas", como é tratada a defesa do infrator pela legislação atual, será encaminhado às Juntas e ao Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho.

Bezerra disse também que os procedimentos atualmente adotados não contribuem para a formação e uniformização de uma doutrina específica. Lembrou ainda das frequentes alegações de sigilo fiscal e da restrita publicidade dos atos administrativos. Para minimizar o problema, o projeto de lei de sua autoria acrescenta dispositivo reforçando que "as decisões serão sempre fundamentadas e levadas ao conhecimento do autuado e do denunciante".

## Boaventura endossa idéias dos comerciários contra desemprego

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) disse ontem que devem ser debatidas pelo Senado as sugestões apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) para minorar o problema do desemprego no país. Ele entende que todos os que se preocupam com as dificuldades do país devem, como a CNTC, "pensar os problemas" do país e apresentar propostas de solução para eles.

Entre as medidas sugeridas pela CNTC, Boaventura destacou a que pretende a extinção de todos os encargos sociais incidentes sobre a folha de salários, inclusive as parcelas pagas ao INSS pelo empregador e pelo empregado. Seria, então, instituído um

novo imposto, incidente sobre a movimentação financeira, com o percentual de 2,5%, o Imposto Social Sobre Movimentação Financeira, que absorveria a atual CPMF.

O montante arrecadado por esse imposto faria frente às despesas de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, como as relativas a



Boaventura: pensando os problemas

aposentadorias, pensões, auxílios-doença e outros benefícios" - explicou. A seu ser, desse novo imposto sairiam também os recursos para cobrir o seguro por acidente de trabalho, o salário-educação, bem como para atender às contribuições destinadas a órgãos como o Sesc, Sebrae e Inera.

Boaventura explicou que, de acordo com a proposta, o novo imposto também faria repasses ao Ministério da Saúde, já que teria incorporado a CPMF. E, em contrapartida, seria adotada a jornada de 36 horas semanais, com turnos de seis horas diárias, ficando vedada a admissão do mesmo trabalhador em mais de um turno de trabalho.

Na opinião do senador, a sugestão da CNTC traz a possibilidade de se dobrar o número de empregos existentes.

## USP deveria abrir o campus à população

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ao reitor da Universidade de São Paulo (USP), Flávio Fava de Moraes, ontem, para que abra o campus universitário aos domingos e feriados a toda população. O senador fez o pedido ao lamentar a morte de Daniel Pereira de Araújo, de 15 anos, que teria sido espancado, junto com outros meninos, pelos seguranças da universidade, por estar nadando numa piscina da instituição.

Para o senador, como em São Paulo há falta de áreas verdes e de lazer, o da USP seria uma boa opção para a população carente que mora

perto do local. Ele sugeriu que se fizesse um convênio entre a universidade, a prefeitura e o governo estadual para fazer a segurança da instituição nos domingos e feriados.

Suplicy destacou dois artigos publicados ontem no jornal *Folha de S. Paulo* sobre a morte de Daniel Pereira de Araújo. Em um deles, a psicanalista Maria Rita Kehl diz que a violência dos seguranças da Universidade de São Paulo é frequente. No outro, o professor Jair Borin lamenta o isolamento da USP em relação à cidade de São Paulo.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

7h - Balanço da repercussão no Senado Federal do Plano de Ajuste Fiscal anunciado pelo Executivo em 10/11/97

7h30 - "Jornal Amazônia" (reapresentação)

7h40 - "Senado em Pauta"

8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Luiz Carlos Cahuly, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, sobre as reformas tributária, fiscal e política (reapresentação)

9h30 - Balanço da repercussão no Senado Federal do Plano de Ajuste Fiscal anunciado pelo Executivo em 10/11/97

10h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Luiz Carlos Cahuly, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, sobre as reformas tributária, fiscal e política (reapresentação)

11h - Sessão solene em homenagem ao presidente argentino Carlos Menem (vivo)

14h30 - Sessão plenária (vivo)

Logo após - Comissão de Assuntos Sociais (audiência pública sobre a regulamentação dos planos de saúde) (pré-gravado à tarde)

20h30 - "Congresso Hoje"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

1h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o deputado federal Luiz Carlos Cahuly, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, sobre as reformas tributária, fiscal e política (reapresentação)

2h - "Jornal da Amazônia"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

11h - Sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Presidente da Argentina, Carlos Menem

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

24h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até as 7h30

*Proposta tem objetivo de aumentar oferta de emprego, melhorar a distribuição de renda e elevar os níveis de consumo*

## Projeto de Campos reduz jornada para 36 horas

O senador Júlio Campos (PFL-MT) defendeu ontem emenda constitucional que apresentou para reduzir a jornada de trabalho para 36 horas e fixar um mínimo de 72 horas para a duração da atividade econômica no país a cada semana. Segundo afirmou, a proposta tem o objetivo de aumentar a oferta de emprego, melhorar a distribuição de renda e elevar os níveis de consumo, poupança e investimento.

O senador lembrou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em



Campos: redução testada e aprovada

entrevista concedida em julho, deu nota oito ao governo federal em vista da lentidão no combate ao desemprego no país. A seu ver, a redução da jornada de trabalho, além

de já ter sido testada e aprovada em outros países, é coerente com a situação da economia e das condições sociais brasileiras.

- Todos nós sabemos que, nas economias modernas, existe uma grande diferença entre a geração de emprego e a demanda por novos postos de trabalho, principalmente em decorrência das novas tecnologias e métodos e dos processos de redução de pessoal permanentemente ocupado nas empresas - explicou o senador Júlio Campos.

## Lobão propõe frente para combater o desemprego

Edison Lobão (PFL-MA) defendeu ontem a formação de uma frente, com a presença de economistas, sociólogos, empresários, sindicalistas e políticos, para combater o desemprego, que, a seu ver, "é uma agressão ao trabalhador brasileiro e sua família".

Na opinião do senador, uma das medidas que podem ser tomadas para reduzir o desemprego no país seria a flexibilização das jornadas de trabalho. "O diálogo aberto deverá permear as negociações entre empregados e empregadores, deferindo-se assim aos sindicatos dos trabalhadores uma responsabilidade decisiva para essas definições", salientou.

De acordo com o senador



Lobão: desemprego preocupa

Edison Lobão, uma das causas do desemprego no Brasil está no processo de implementação tecnológico, que exige qualificação como prioridade para contratação de mão-de-obra. "Nesse particular, infelizmente, os níveis inadequados de educação, no país, respondem por grande parte do problema", frisou.

# CONHEÇA O SENADO

## Exposição permanente será inaugurada amanhã

O Senado vai inaugurar amanhã uma exposição permanente sobre sua história. Fotos, documentos históricos e pinturas, retratando importantes personagens, lugares e eventos, serão usados para resgatar a atuação do Senado desde 1826, quando a instituição foi criada, até os dias atuais.

Os momentos mais importantes da História do país também serão lembrados, já que, como diz o próprio texto da mostra, "a história do Senado se confunde com a História do Brasil", verdade evidenciada pelo fato de que, desde o fim do regime militar, todos os presidentes e vice-presidentes, à exceção de Fernando Collor, tiveram atuação marcante no Senado.

Os visitantes da exposição serão convidados a empreender uma viagem pelo "Túnel do Tempo" (apelido da passagem subterrânea que liga

o edifício principal e o anexo II). As primeiras estações mostram o Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado, e informam que os primeiros senadores eram escolhidos pelo imperador a partir das listas triplices com candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. O cargo de senador era vitalício e os candidatos tinham de ter idade mínima de 40 anos e rendimento não inferior a 800 mil réis.

Já eram atribuições do Senado, à época, fazer leis e autorizar o governo a contrair empréstimos, mas foi a contribuição da Casa para a unidade do país, acima de todos os separatismos, que notabilizou o desempenho da instituição no período imperial. Destacou-se nessa luta Luis Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, eleito para o Senado em 1845.

Mais adiante, os viajantes serão informados de que a primeira iniciativa concreta de transferir a capital do Brasil para o centro do país partiu de um senador do Império: Hollanda Cavalcanti, que, em 1852, apresentou projeto para que a nova capital fosse construída entre os rios São Francisco, Maranhão ou Tocantins.

*Viaje, a partir de amanhã, no "Túnel do Tempo" e veja como a História do Senado Federal se confunde com a História do Brasil*

Também está arquivada na Casa a proposta de Lei do Ventre Livre, de autoria do senador José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, e a proposta da Lei Áurea, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.

Algumas estações à frente, os visitantes da exposição co-

nhecerão a participação de alguns senadores na Proclamação da República e vão descobrir que essa intervenção anticonstitucional levou à cassação de alguns parlamentares, entre eles a primeira senadora brasileira, a princesa Isabel.

Em 1890, foi eleita a Assembléia Constituinte, cujo relator foi o republicano convicto Rui Barbosa. A Constituição de 1891 determinou que os senadores seriam eleitos pelo povo, estabelecendo que cada estado e o Distrito Federal elegeriam três representantes.

A exposição lembra ainda os momentos mais tristes da história do Senado e do país, como o fechamento do Congresso de 1937 a 1945, durante a ditadura Vargas, e em 1968, pela ditadura militar.

Numa das últimas estações, a participação do povo e do Congresso no processo de abertura democrática e no impeachment de Collor é resgatada, através de fotos e textos.

Estão registradas a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República e a iniciativa do presidente José Sarney, hoje senador, de acabar de vez com a censura à imprensa e de legalizar o sindicalismo.

A interessante viagem no "Túnel do Tempo" do Senado termina na estação 1997, que informa sobre a composição da Mesa Diretora da Casa, presidida por Antonio Carlos Magalhães, e sobre os demais senadores desta legislatura.

Produzida pela Secretaria de Informação e Documentação, a exposição é resultado de um ano de pesquisas. Sua inauguração será amanhã, às 17h30, com a presença do presidente Antonio Carlos Magalhães, do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, e da diretora da Secretaria de Informação e Documentação, Maria Helena Ferreira.